

1 **ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA**  
2 **E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA**

3 No dia 04 de junho de 2019, às 9h, iniciou-se a 34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
4 Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina  
5 Pimenta Assunção, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), e  
6 prosseguimento com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião ocorreu no auditório da  
7 Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), em Vitória/ES. Os participantes constam da lista  
8 de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates  
9 ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da deliberação 7 do Comitê Interfederativo.

10 Referente aos informes da coordenação da CT-SHQA sobre os últimos encaminhamentos  
11 necessários para andamento dos programas destinados a essa CT e aprovação da ata da 33ª  
12 Reunião Ordinária da CTSHQA, a Sra. Milena Donô, representante da SEAMA, informou que na  
13 última reunião do CIF foi apresentada minuta de deliberação com aprovação dos pedidos de  
14 reembolso no contexto do PG031 feitos pelo município de Colatina e analisados pela CT através  
15 da Nota Técnica nº 39, e que o CIF optou por não deliberar e sim registrar um encaminhamento  
16 em ata para que a Fundação Renova, através da instituição financeira contratada para o  
17 programa, proceda a análise técnica do reembolso, tendo em vista tratar-se de um pleito já  
18 aprovado pela Deliberação nº 75. Referente às novas datas das reuniões da CT-SHQA, **os**  
19 **membros da CT ficaram responsáveis de sugerir as novas datas das reuniões, respeitando o**  
20 **prazo de 25 dias para envio dos documentos ao CIF.** Sobre a aprovação da ata da 33ª Reunião  
21 Ordinária, os membros solicitaram ajustes na ata durante a reunião, os ajustes serão feitos pelo  
22 secretariado da CT-SHQA e o documento compilado será enviado para a coordenação da CT.  
23 Sobre a proposta de revisão do PG031, a Sra. Milena ponderou que entende ser necessário focar  
24 na revisão das cláusulas do programa, e entende que essa revisão pode ser feita através da  
25 Fundação Renova caso não aumente a obrigação das mantenedoras. A Sra. Regina relatou que  
26 entende que as revisões extraordinárias dos programas não devem alterar o texto das cláusulas,  
27 citando a questão da fragilidade dos bancos, apontada pela Ernst Young (EY). A Sra. Thays  
28 Coutinho, representante da EY, informou que a forma como a Cláusula 169 do TTAC está colocada  
29 contempla apenas do repasse de recursos.

30 Referente à apresentação de NT's do GT Esgotamento Sanitário e Destinação de Resíduos  
31 Sólidos, a Sra. Regina explicou que as Notas Técnicas nº 43 e 44, referentes a pleitos do PG031  
32 de municípios mineiros já haviam sido enviadas à SECEX/CIF para entrarem na pauta da próxima  
33 reunião ordinária, e que era necessário aprová-las na CT. Apresentou o conteúdo da NT-43,  
34 relatando que existem municípios fora da área ambiental que ainda estão no consórcio,  
35 ponderou também que foi solicitada a utilização de uma metodologia que não consta no decreto  
36 do Estado de Minas Gerais. Por fim, apresentou tabela 1 e as considerações finais da NT e esta  
37 foi aprovada pelos membros da CT. Apresentou também o conteúdo da NT-44, com a análise de  
38 pleitos do município de Aimorés e mostrou as sugestões de encaminhamento para o CIF. A Sra.  
39 Regina ponderou que a FEAM entende que o aterro do município ainda é inadequado mas a  
40 comunicação para as tratativas do tema é diária. Por fim, a NT foi aprovada pelos membros da  
41 CT.

42 Referente à apresentação da minuta de NT sobre a notificação nº 22/2018, a Sra. Rafaeli Brune,  
43 representante do IEMA, apresentou a Minuta de NT-45 sobre a resposta à notificação 22/2018,  
44 que sinalizou o descumprimento do Parágrafo Primeiro da Cláusula 171 do TTAC e das

45 Deliberações 04 e 16/2016. Apresentou, brevemente, um histórico com os principais marcos e  
46 ações relacionados ao Programa de Melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água. Na  
47 sequência, apresentou uma tabela com as 24 localidades contempladas na Cláusula 171,  
48 mostrando em que a Cláusula foi e não foi cumprida e as justificativas apresentadas pela  
49 Fundação, com base nos documentos apresentados também pela Fundação Renova. A Sra.  
50 Regina demonstrou a sua preocupação no cumprimento da Cláusula 171. Informou que o IGAM  
51 sinalizou que alguns pedidos de outorga deveriam ser readequados, pois não seriam liberados,  
52 alertou ainda que a equipe de engenharia da Renova é limitada e não consegue realizar as  
53 entregas no prazo. A Sra. Rafaeli deu sequência na apresentação da NT-45, onde apresentou  
54 diretrizes que deverão ser seguidas pela Renova para acompanhamento do Programa, prevendo  
55 um termo de compromisso de desenvolvimento, entrega de projetos básicos, execução de obra,  
56 operação assistida, termo de entrega e recebimento de obra e comprovação de funcionalidade  
57 dos sistemas implementados. Por fim, apresentou os encaminhamentos da NT nº 45 e a sugestão  
58 de multa por descumprimento da notificação. A Sra. Milena sugeriu inserir na NT que o  
59 documento entregue pela Renova não atendeu ao que foi solicitado pela CT e que a primeira  
60 notificação não foi cumprida. Sugeriu também apresentar para a Fundação essa NT na parte  
61 aberta da reunião para terem conhecimento do tema. Na parte aberta da reunião para os  
62 representantes da Fundação Renova a Sra. Rafaeli realizou a mesma apresentação e informou  
63 que **a Minuta de NT, as diretrizes para acompanhamento do projeto, o fluxograma e os termos**  
64 **de compromisso (3 anexos) serão enviadas até o dia 18/06 para o conhecimento e**  
65 **manifestação da Fundação Renova.** Relatou que foram 1 ano e 3 meses de atraso da Cláusula e  
66 que houve descumprimento dos termos de compromisso, relatou ainda que não está claro se os  
67 termos entregues atendem às captações alternativas, com isso a CT sugere a aplicação de multa  
68 à Fundação Renova. A Sra. Yone informou que os projetos executados pela Fundação Renova não  
69 são como outros projetos de empresas de engenharia e não tem como enviar os projetos básicos  
70 em 2 anos, mas pelo tamanho do projeto acredita que as ações estão caminhando. Frisou que o  
71 processo não é linear e o controle é complexo, pedindo para que a questão da multa seja  
72 repensada pela CT-SHQA. Reforçou que não é possível entregar um pacote fechado, que muita  
73 coisa já foi entregue e muita coisa está fluindo conforme ações são aprovadas. Relatou que coisas  
74 simples que foram sendo deixadas de lado se transformaram em situações complicadas. A Sra.  
75 Rafaeli sugeriu que haja uma maior interação entre a equipe de engenharia com a equipe do PG-  
76 32. O Sr. Flávio ponderou que não foi dito pelos membros da CT que ações não estão sendo feitas  
77 e entregues, porém houve muitos atrasos e sinais claros da necessidade de ampliação das  
78 equipes e integração com a equipe de projetos. Ponderou que a criação de uma fundação privada  
79 para realizar as ações de recuperação da área atingida gerou expectativas de que haveria maior  
80 agilidade na implementação das medidas de reparatórias e compensatórias. Ponderou que não  
81 é justo com a sociedade e com os municípios atingidos que uma entidade privada, criada  
82 especificamente para isso, demore tanto para entregar os projetos. Frisou que a CT dispõe de  
83 poucos instrumentos administrativos para tentar dar celeridade na implementação das ações e  
84 os instrumentos previstos no TTAC devem ser utilizados quando necessário.

85 Sobre as obras do PG-32 no município de Governador Valadares, a Sra. Rafaeli informou que  
86 essas obras são as maiores desse Programa e existem ruídos a serem solucionados. Sendo assim,  
87 após discussão com os membros do GT-Abastecimento, **sugeriu uma reunião no dia 01/07/2019,**  
88 **com todos os envolvidos no Programa de Melhorias de Abastecimento de Água do município**  
89 **de Governador Valadares (equipes da Fundação Renova, IGAM, SAAE, prefeitura de**

90 **Governador Valadares e CT-SHQA).** A Sra. Ana Paula, representante do SAAE de Governador  
91 Valadares, alertou do atraso das obras no município e que alguns projetos estão em Áreas de  
92 Preservação Permanente. Informou que o projeto apresentado no município foi pela Renova e o  
93 SAAE não tem responsáveis nesse projeto. Quanto ao licenciamento, não dependem do IGAM e  
94 sim de desapropriações que devem ser levadas em juízo, por isso encontra-se atrasado.

95 Referente ao relatório anual da Fundação Renova, a Sra. Milena informou que na reunião  
96 Intercâmaras o relatório anual da Renova previsto na Cláusula 192 foi analisado e viu-se que  
97 apresentava muitos problemas, sendo assim, ficou decidido que é preciso informar o que se  
98 deseja que seja entregue no próximo relatório, cada Programa deve fazer a sua proposta. O Sr.  
99 Flávio ponderou que é preciso aferir se o que está sendo divulgado sobre os sistemas de  
100 abastecimento corresponde à realidade em campo. A Sra. Milena sugeriu que a Renova  
101 apresente os relatórios mensais da Cl. 192 nas reuniões de CT's e, como os relatórios são  
102 públicos, é preciso seguir um padrão e conteúdo mínimo, padronizando também a forma de  
103 divulgação para cada Cláusula e Programa. A Sra. Thays ponderou a necessidade de padronização  
104 do relatório anual, que isso é importante para a análise da CT e reporte ao CIF, informando se o  
105 mínimo solicitado foi cumprido ou não.

106 Referente à NT-38, resposta ao pleito do SAAE de Aimorés, a Sra. Rafaeli apresentou o histórico  
107 das tratativas e relatou que essa NT analisou alguns pontos das adutoras de água tratada,  
108 informando que o SAAE deve comprovar que as estruturas da ETA da sede estão se deteriorando.  
109 Alerta para a discussão de até qual porcentagem da captação e abastecimento vai para os  
110 recursos compensatórios. O Sr. Flávio sugeriu que a CTSHQA se manifeste no sentido de que não  
111 há óbice em aprovar um sistema alternativo de captação com capacidade de atender um  
112 percentual maior da população e quem ficaria responsável por definir o regime de operação do  
113 novo sistema seria o prestador de serviço. Ponderou que deve ser avaliada a justificativa  
114 apresentada pelo município para aumentar o percentual de atendimento pelo sistema  
115 alternativo de captação e reforçou que a Deliberação final sobre essa questão é do CIF, como  
116 ocorreu no caso de Governador Valadares. Ele ponderou que possivelmente há elementos  
117 suficientes para justificar a ampliação do sistema alternativo. Considerando que foi citada a  
118 existência de municípios que não foram diretamente atingidos pelo desastre, mas com  
119 solicitações similares, sugere tratar esses casos no âmbito da revisão ordinária do TTAC. A Sra.  
120 Rafaeli informou que é preciso comprovar tecnicamente que os sistemas foram comprometidos  
121 diretamente pelo desastre. O Sr. Flávio informou que é preciso deixar claro que o custo de  
122 operação dos sistemas alternativos é de responsabilidade do prestador e reforçou que não há  
123 problema em haver sistemas alternativos de abastecimento com previsão de atendimento de um  
124 percentual maior da população, porém é preciso articular com o representante do município  
125 para que seja apresentada a devida justificativa. Ficou definido que **a CT-SHQA fará uma reunião  
126 com os representantes do município de Aimorés para a apresentação das justificativas técnicas  
127 para o aumento da captação alternativa. Com base nessa justificativa a CT emitirá uma NT a  
128 respeito do tema.** Na parte aberta da reunião para os representantes da Fundação Renova houve  
129 a discussão do ponto e a Sra. Yone, representante da Fundação Renova, ponderou que a ETA em  
130 questão se tornou um grande reservatório de água e é necessária uma conversa com os  
131 representantes do município do que realmente se quer com essa ETA e se pretende mantê-la  
132 como um reservatório de água. A Sra. Rafaeli ponderou que não se deve pensar por enquanto  
133 em uma revisão extraordinária e sim na justificativa com base no Parágrafo Quinto da Cláusula  
134 171 do TTAC.

135 Referente à apresentação do novo fluxo para análise dos pleitos dos municípios, a Sra. Milena  
136 relatou da sobrecarga de tarefas da CT, da necessidade de dar celeridade às análises,  
137 principalmente de ajustes de pleitos, e propôs uma revisão para alterar o fluxo da análise desses  
138 pleitos, inserindo a Fundação Renova como responsável por avaliar o pleito dos municípios.  
139 Apresentou a Minuta de NT para os participantes e relatou que pretende modificar o item 1 da  
140 Deliberação/CIF nº 43 e o item 11 da NT/CTSHQA nº43. A Sra. Bruna Buldrini, representante da  
141 Fundação Renova, questionou que, caso o pleito esteja aprovado, se o reembolso feito aos  
142 municípios poderá ser aplicado em qualquer obra. A Sra. Margareth, representante da SEAMA,  
143 ponderou que o CIF não comentou o assunto mas entende-se que o recurso pertence aos  
144 municípios, sugerindo que o entendimento seja tratado no CIF. O Sr. Carlos Cenachi sugeriu que  
145 essa prática não seja incentivada junto aos municípios e que sejam criadas rotas alternativas para  
146 o caminho dos recursos. A Sra. Milena ponderou que os municípios têm reclamado da atuação  
147 das instituições financeiras. A Sra. Bruna relatou que ainda não foram feitos reembolsos pois os  
148 municípios não apresentaram as medições dos gastos. A Sra. Margareth informou que esses  
149 critérios foram discutidos com os prefeitos quando o manual normativo dos programas foi  
150 elaborado. O Sr. Flávio manifestou que discorda da sugestão do CIF deixar de aprovar os pleitos  
151 apresentados pelos municípios, mas concorda com o ajuste de procedimento onde a Renova  
152 passaria a fazer a verificação da aderência dos pleitos ao TTAC e às deliberações e submeter uma  
153 avaliação ao CIF, caso o CIF considere necessário, pode solicitar a análise do pleito pela CTSHQA.  
154 Frisou que, como as diretrizes e critérios para análise dos pleitos já estão claramente  
155 estabelecidos, essa proposta de transferir para a Renova a análise dos pleitos pode ser levada  
156 em consideração, uma vez que a Fundação tem mais recursos humanos para essas análises. A  
157 Sra. Bruna ponderou que a demora na análise dos pleitos tem sido criticada pelos municípios e  
158 se preocupa se existe algum risco da Renova realizar essas análises. O Sr. Carlos Cenachi  
159 ponderou que existe uma questão de que o CIF deve aprovar o pleito, sendo muito provável que,  
160 quando a Renova avaliar o pleito, ele retorne para a CTSHQA. A Sra. Milena informou que a ideia  
161 deve ser amadurecida e levada para a consideração do CIF, sendo necessária também maior  
162 conversa dentro do GT-ESRS. A Sra. Bruna relatou da cobrança pelos municípios sobre a Renova  
163 dos pleitos que não foram aprovados, por isso solicita um parecer da CTSHQA, além dos prazos  
164 cobrados relacionados com a Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM). O Sr.  
165 Flávio informou que alguns pleitos foram aprovados hoje e ponderou, novamente, que a Renova,  
166 por ser uma instituição privada e dedicada às medidas de recuperação na bacia, pode dar maior  
167 celeridade no processo.

168 Referente aos informes do GTA PMQQS, a Sra. Emilia Brito, representante do IEMA, informou  
169 que o grupo não se reuniu no mês de maio e existe a demanda de análise do relatório anual  
170 entregue pela Renova. Relatou que no dia 12 de junho está marcada uma reunião junto à Renova  
171 para apresentação de propostas de melhoria do PMQQS, frisando que o grupo analisará o  
172 relatório já pensando nas novas propostas de melhoria e em como deixar o processo mais ágil. A  
173 Sra. Ana Paula, representante da ANA, informou da necessidade de maior participação do IGAM  
174 e da AGERH no grupo do PMQQS. A Sra. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova,  
175 propôs realizar o Workshop do PMQQS em dois dias, convidando especialistas e vencendo o  
176 debate de uma só vez, propôs ainda debater no dia 12/06 o Plano de Ação desse Workshop. A  
177 Sra. Brígida, representante da Fundação Renova, informou que o relatório trimestral do PMQQS  
178 também foi entregue e a lista dos dados taxonômicos foi protocolada. **A Sra. Regina solicitou  
179 que esses relatórios sejam inseridos no site do CIF.**



180 Referente à apresentação do relatório do PG-32 pela Ernst Young, a Sra. Maria Starling,  
181 representante da EY, informou que foi feita uma análise acerca das intervenções realizadas nos  
182 sistemas de abastecimento de água. Relatou de uma reunião realizada com a Renova sobre a  
183 forma e o modelo de *checklist* que guiaria a vistoria. Apresentou o modelo desse *checklist* e que  
184 o objetivo era checar se as ações nas 16 localidades reportadas no *checklist* apresentado pela  
185 Renova realmente estavam sendo feitas em campo, nas ETA's e nos sistemas de captação. Citou  
186 o procedimento 1, vistoria *in loco*, e o procedimento 2, análise documental. Ponderou que o  
187 procedimento 2 foi realizado quando as ações do procedimento 1 não puderam ser analisadas e  
188 mostrava se os termos de entrega e recebimento continham as informações repostadas no  
189 *checklist*. Mostrou os resultados de quantas ações foram evidenciadas por termos de entregas e  
190 recebimento das ações reportadas. Por fim, demonstrou as recomendações e observações  
191 adicionais e relatou que ao final da vistoria teve uma reunião com a Renova para repassar os  
192 pontos de atenção observados. A Sra. Thays informou que a Renova deve dar uma resposta a  
193 esses pontos da vistoria para que a EY planeje uma nova vistoria a campo para análise do que  
194 realmente foi feito. Frisou que os pontos de atenção estão sendo entregues pela Renova com um  
195 plano de ação com prazos, possibilitando prever um novo ciclo. O Sr. Carlos Cenachi,  
196 representante da Fundação Renova, relatou que a aprovação formal da comissão do Programa  
197 ajudará muito o seu andamento e a Sra. Thays relatou que a partir do escopo aprovado dá para  
198 analisar se alguma ação foi aprovada mas não foi realizada.

199 Referente à apresentação da visão atual das obras e repasse dos municípios, do PG-31, o Sr.  
200 Carlos Ribeiro, representante da Fundação Renova, relatou que no ano de 2018 foi feita uma  
201 análise preliminar dos aportes financeiros da Cláusula 170 de que não seria ideal realizar o aporte  
202 e deixar o dinheiro parado. Sendo assim, foi solicitado ao CIF que o repasse de 2019 fosse  
203 postergado para 2020, pois o valor já repassado seria suficiente para executar as ações já  
204 pleiteadas pelos municípios. Foi apresentado para a CT um relatório de repasse no início do ano  
205 de 2019. Ponderou que não foi possível realizar o repasse de recursos aos municípios pois eles  
206 não tinham projetos nem obras e o cenário atual é diferente do previsto anteriormente.  
207 Informou também que a previsão para repasse em 2019 e 2020 é bem abaixo do previsto e se  
208 deseja implementar obras que sirvam de modelo. Solicitou uma postergação no repasse dos  
209 recursos pois existe aproximadamente R\$290 milhões parados na conta do PG-31 e muitos  
210 projetos ainda são inadequados, sendo que esse valor parado é suficiente para cobrir as obras  
211 até meados de 2021. A Sr. Milena manifestou seu desconforto por receber essa demanda da  
212 Fundação Renova que aparentemente é de interesse exclusivo das mantenedoras. O Sr. Flávio  
213 questionou qual seria o ganho para os municípios ao realizar essa postergação e se houve alguma  
214 solicitação do CIF para que a CT-SHQA aprecie esse assunto. Ponderou ter a percepção de que  
215 essa não é uma questão técnica para manifestação da CT e que não se sente à vontade para  
216 aprovar essa postergação. Ponderou que o atraso nas obras desse Programa se deve muito pelo  
217 atraso ou falta do apoio técnico previsto aos municípios. O Sr. Carlos Ribeiro ponderou que os  
218 municípios estão mais envolvidos e houve um avanço no programa, mas não demonstrar e  
219 apresentar as respostas para a população incomoda muito. O Sr. Carlos Cenachi relatou que a  
220 questão do aporte está no acordo pois o programa foi pensado inicialmente apenas como o  
221 repasse de recursos, e quando houve uma mudança no modelo a questão do aporte deixou de  
222 fazer muito sentido pois os projetos devem estar sendo executados, frisou que o programa deve  
223 ser revisto. O Sr. Flávio ponderou que essa demanda de postergação deve ser solicitada para a

224 CT-SHQA por meio de um pedido oficial do CIF e até que isso não ocorra a CT entende a  
225 apresentação em questão como um informe.

226 **Encaminhamentos Finais**

ITEM	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
34.1	Os membros da CTSHQA ficaram responsáveis de enviar uma manifestação quanto às novas datas das reuniões.	Imediato	Membros CT-SHQA
34.2	A Minuta de NT referente ao descumprimento da notificação nº 22/2018, as diretrizes para acompanhamento do projeto, o fluxograma e os termos de compromisso (3 anexos) serão enviadas até o dia 18/06 para o conhecimento e manifestação da Fundação Renova.	18/06	Rafaeli Brune (IEMA)
34.3	Realizar reunião com todos os envolvidos no Programa de Abastecimento de Água de Governador Valadares (equipes da Fundação Renova, IGAM, SAAE, prefeitura de Governador Valadares e CT-SHQA) no dia 01/07.	01/07	Renova, IGAM e CTSHQA
34.4	CT-SHQA fará uma reunião com os representantes do município de Aimorés para a apresentação das justificativas técnicas para o aumento da captação alternativa. Com base nessa justificativa a CT emitirá uma NT a respeito do tema.	-	Coordenação CTSHQA
34.5	Inserir os dados taxonômicos do PMQQS no site do CIF.	Imediato	Fundação Renova

227 **Coordenação da CT-SHQA**